

Pacote FHC: medidas contra o povo

Preocupada com as medidas econômicas adotadas pelo governo FHC, que prejudicam profundamente a vida de docentes, funcionários e estudantes, a Adunicamp publica nesta edição do seu boletim um texto assinado pelo Bloco dos Partidos de Oposição no Congresso Nacional, que caracteriza a atual crise que o país atravessa e responsabiliza seus culpados, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para superá-la.

A crise econômica é evidente e grave e a total responsabilidade por ela é do governo FHC que caminhou até aqui cheio de soberba e arrogância, ignorando as críticas e propostas da oposição e de amplos setores da sociedade brasileira que advertiam cotidianamente sobre a política econômica suicida posta em prática.

A estratégia da estabilização monetária do governo FHC, ancorada na sobrevalorização do real, produziu um déficit de transações correntes de US\$ 34 bilhões, expondo o país a uma profunda e irreversível dependência do capital volátil e especulativo internacional.

Estava evidente a precariedade dos fundamentos dessa estratégia de estabilização. O Brasil, por causa dessa vulnerabilidade, foi duramente atingido pela queda internacional das Bolsas. As taxas de juros, que já eram elevadas, foram duplicadas, jogando o país em uma grave crise financeira e econômica.

Os resultados dessa política de juros altos já são conhecidos pela sociedade brasileira: crise bancária, inadimplência, restrição ao crédito, queda de investimentos e vendas, perda da renda de assalariados, desemprego, recessão e agravamento das finanças públicas, com cortes de gastos nas áreas sociais.

O governo, de forma oportunista e leviana, tentou, em um primeiro momento, responsabilizar o Congresso Nacional e a Oposição pela crise. Depois, tentou vender ao país a idéia, ridícula, de que as reformas constitucionais conservadoras poderiam reverter o quadro de desestabilização econômica e os riscos de ataque especulativo à moeda. Mas, como era de se esperar, a crise continuou se aprofundando.

Segunda-feira próxima passada, improvisada e desesperadamente, o governo impôs ao país, de forma autoritária, por meio de medidas provisórias, decretos-leis e portarias, um pacote fiscal socialmente perverso, economicamente recessivo e, sobretudo, incapaz de enfrentar a vulnerabilidade econômica do país.

O Pacote FHC aumenta o Imposto de Renda das pessoas físicas, o preço dos combustíveis e de tarifas públicas, o IPI sobre automóveis e bebidas, penalizando duramente os assalariados e a classe média, e poupando as grandes fortunas, o capital especulativo e o lucro extraordinário de empresas e bancos. Ao mesmo tempo, mantém as isenções plenas ao capital especulativo, que continua entrando e saindo livremente do país.

O programa de cortes e gastos, de uma insensibilidade social sem limites, atinge as bolsas de estudos, a lei orgânica de assistência social - que é uma precária proteção social à indigência e às pessoas portadoras de deficiências -, mantém o arrocho salarial sobre os servidores públicos e pretende demitir 33 mil desses servidores.

Todas essas medidas não são capazes de reverter a vulnerabilidade cambial do país. O que o governo pretende é absorver parte do impacto que a elevação dos juros terá sobre as contas públicas e aprofundar a recessão para conter as importações e forçar as exportações, através das políticas de ajuste da balança comercial impostas ao país durante a prolongada crise da dívida externa.

No pacote, o governo aprofunda o programa de privatizações, agora incorporando até as rodovias federais, fragilizando ainda mais o futuro e a capacidade de resposta do país ao risco recente de um ataque especulativo da moeda.

Os partidos do Bloco de Oposição repudiam essa opção pela recessão, pelo desemprego e pelo aprofundamento da miséria social. Para o Bloco, somente um novo modelo de desenvolvimento, que refunde a estabilização da moeda no crescimento econômico sustentado, será capaz de reverter essa rota irresponsável que está sendo imposta ao país.

Diante desse pacote insano e anti-social, é hora de socorrer a economia popular, o consumidor, a pequena e microempresa, os assalariados com dívidas bancárias e comerciais, proteger o emprego e o salário.

O país não pode continuar à mercê de especuladores internacionais. É fundamental unificar os movimentos sociais e populares na luta contra o desemprego e a política econômica recessiva de FHC.

Os partidos de oposição se dirigem às entidades da sociedade civil e ao movimento sindical e popular, convidando todos a participar do Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, por Trabalho, Terra e Cidadania, marcado para o dia 6 de dezembro, em São Paulo. Será um grande ato público de resposta a esse pacote e ao desemprego.

Brasília, 12 de novembro de 1997

Bloco de Oposição no Congresso Nacional
(PT/PDT/PC do B/PSB)

Corte no orçamento pode extinguir 11 mil bolsas de estudo

A revisão nos critérios de concessão de bolsas de ensino e pesquisa determinada no pacote baixado pelo Governo FHC, que prevê redução de 12,5% das dotações para 98, deve provocar um corte de 5 mil bolsas da Capes e de 6.250 do CNPq, o que perfaz um corte total de 11.250 bolsas. O orçamento da Capes já tinha sido reduzido em 12% (cerca de R\$ 40 milhões) para 98. O orçamento de 97 é de R\$ 390 milhões, o que é suficiente para manter 21 mil bolsistas em cursos de mestrado e doutorado no Brasil e exterior. O valor pago na bolsa de mestrado é de R\$ 725,00, e na de doutorado, R\$ 1.070,00 (R\$ 1.300,00 para doutorado no exterior). No caso do CNPq, o orçamento previsto para 98 é de R\$ 463 milhões, valor que já inclui um corte de R\$ 26 milhões determinado pelo Governo antes do pacote. Se for confirmado um corte de mais 12,5%, cerca de 6.250 bolsas serão extintas. O CNPq tem 50 mil bolsistas inscritos em 97.

Adunicamp promove primeiro debate entre reitoráveis dia 26/11

No próximo dia 26/11, às 12h, no seu auditório, a Adunicamp estará promovendo um primeiro debate entre os candidatos a reitor. Tal iniciativa foi tomada pela expectativa sentida no corpo docente e nos demais segmentos da comunidade universitária, de encerrar o ano letivo com um encontro entre aqueles que no próximo ano estarão concorrendo à reitoria da Unicamp. Foram convidados a participar do evento os candidatos Carlos Henrique de Brito Cruz (Pró-reitor de Pesquisa), José Tadeu Jorge (Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário), Hermano Tavares (Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação) e Vitor Baranauskas (da mesma Faculdade). Hermano Tavares lançou oficialmente sua candidatura no último dia 11/11 e Vitor Baranauskas comunicou que era candidato em ofício encaminhado à Adunicamp. As outras duas candidaturas foram divulgadas através de matérias publicadas nos jornais Diário do Povo, Correio Popular e Folha de S.Paulo.

Sequestro da linguagem

Primeiro, disseram que não haveria mais guerrilhas.
Acreditei e, com as botas, abandonei sonhos revolucionários.
Em seguida, disseram que terminara a luta armada.
Tornei-me pois violento pacifista.
Depois, disseram que a esquerda falira.
E fechei os olhos ao olhar dos pobres.
Enfim, disseram que o socialismo morreria.
E que uma palavra basta: democracia.
Então nasceu em mim
A liberdade de ser burguês.
Sem culpa.

Frei Betto

Assembléia Geral dia 24/11

A Adunicamp está convocando uma Assembléia Geral para o próximo dia 24 de novembro, às 12h, com a seguinte pauta: ações de resistência às reformas Administrativa e da Previdência; revisão salarial: incorporação do abono; Lei Orçamentária/98: recursos para as universidades públicas paulistas; ação judicial contra o governador Mário Covas: apreciação de sua viabilidade.

Inscrições para eleição do Conselho de Representantes vão até 21/11

As inscrições dos candidatos (titular e suplente) para a eleição do Conselho de Representantes encerraram-se na próxima sexta-feira, 21/11/97. Os interessados poderão se inscrever na secretaria da Adunicamp das 8h30 às 16h30. A eleição será realizada nos dias 4 e 5 de dezembro de 1997.

Propaganda no parque

José Roberto de França Arruda

O parque ecológico vizinho à Unicamp, cujo nome homenageia o nosso saudoso colega professor Hermógenes de Freitas Leitão Filho, falecido no ano passado, está sendo vítima hoje da corriqueira invasão do espaço público pelo interesse privado. A transformação do sítio natural em torno do lago que separa a Unicamp do bairro Cidade Universitária (outrora frequentado pelo professor Hermógenes, que sabia apreciar sua beleza e sua riqueza biológica) em parte para o lazer da população foi feita pela Prefeitura, com recursos públicos.

Recentemente, entretanto, vimos surgirem, tais cogumelos após a chuva, bancos de concreto com anúncios publicitários semeados ao longo da pista utilizada para caminhadas e "jogging" pelos frequentadores do parque. Ganhamos um verdadeiro guia de compras na forma de bancos de jardim, um corredor polonês de agressão visual e estética.

A urbanização do parque custou certamente vultuosos recursos públicos. Agora, provavelmente a pretexto de buscar a "colaboração da iniciativa privada", sem a qual aparentemente nada se pode fazer no Brasil de hoje, instalam-se bancos que são verdadeiros "outdoors" publicitários. Como tais, sua localização segue a lógica da propaganda, que nada tem a ver com a comodidade dos frequentadores do parque. Aliás, o fenômeno já tinha sido observado em outros pontos de Barão Geraldo. Não há bancos sob as árvores, mas sim nos locais onde a visibilidade é maior.

Quanto pode custar um banco de concreto? Seria realmente necessária a colaboração das empresas para a colocação de reles bancos quando o grosso dos custos de implantação do parque foi coberto com recursos públicos? Não se teria criado um mecanismo que propicia o suborno e a corrupção de funcionários da Prefeitura?

É obrigação da Prefeitura desta cidade e da sub-prefeitura deste distrito prestarem esclarecimentos à população sobre os procedimentos adotados no caso da publicidade nos espaços públicos, por enquanto através dos bancos de jardins e praças. Se os espaços públicos vão ser abertos à publicidade, que pelo menos a Prefeitura saiba cobrar por isso de forma justa, reinvestindo os recursos na manutenção destes. Para isso, entretanto, são imperativas a consulta à população e a transparência do processo.

José Roberto de França Arruda é professor da Faculdade de Engenharia Mecânica.

Cinema na ADunicamp

Todas as 5^{as} feiras, às 18 horas, no auditório.

